



ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS DIRECIONADOS ÀS SOCIEDADES INDÍGENAS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

ANALYSIS OF TEACHING MATERIALS DIRECTED AT INDIGENOUS SOCIETIES IN BRAZIL: A SYSTEMATIC REVIEW

ANÁLISIS DE MATERIALES DIDÁCTICOS DIRIGIDOS A LAS SOCIEDADES INDÍGENAS EN BRASIL: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

DOI: 10.36238/2359-5787.2026.V12N61.1858

Submetido em: 23.1. 2026| Aceito em: 26.1. 2026| Publicado em: 16.2.2026

Ladjasse Rodrigues dos Santos Viana¹
Letícia de Souza Gonçalves²
Pítias Alves Lobo³

RESUMO

O Brasil possui uma rica diversidade linguística. De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE (divulgado em 2025), o Brasil possui 295 línguas indígenas faladas por pessoas indígenas de dois anos ou mais de idade, porém, muitas delas estão em risco de extinção. A Lei nº 10.639/03 e a complementação dessa, a Lei nº 11.645/08, representam avanços na valorização da diversidade cultural, impulsionando a produção e análise de materiais didáticos com temáticas indígenas, cuja qualidade e adequação ainda são debatidas. Este estudo de Revisão Sistemática investiga como os materiais didáticos destinados às populações indígenas no Brasil abordam a preservação das línguas indígenas, em um contexto de crescente relevância do tema no cenário educacional. Essa pesquisa visa analisar criticamente como o sistema educacional e as políticas públicas abordam as culturas e línguas indígenas por meio de suas produções didáticas. Para isso, será realizada uma Revisão Sistemática de literatura, utilizando o protocolo PRISMA, com 178 dissertações e teses mapeadas, delas, 16 anunciam sua filiação, sendo 12 (doze) dissertações e 04 (quatro) teses, a fim de identificar e analisar criticamente os estudos existentes sobre o tema, buscando aprofundar a compreensão da produção de materiais didáticos para a educação indígena no Brasil e subsidiar a produção de materiais que respeitem as especificidades culturais e contribuam para o fortalecimento das línguas indígenas. A partir da análise desses materiais, o estudo discute os quatro eixos encontrados: a) Políticas Públicas e Representação Indígena, b) Conteúdo Pedagógico, c)

¹ Mestranda em Estudo na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação (CEPAE), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: ladjasse@gmail.com

² Doutora em Letras, Curso de Língua Inglesa no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica Universidade Federal de Goiás (PPGEEB – CEPAE – UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: lesogoncalves@ufg.br

³ Doutor em Educação, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE – UFG, Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: pitiaslobo@ufg.br



Concepção de Cultura e do Índio, d) Relações Étnico-raciais e com isso, acredita-se contribuir para a preservação e valorização da diversidade linguística e cultural do Brasil.

Palavras-chave: Indígenas; Políticas Públicas; Livro Didático; Currículo.

ABSTRACT

Brazil has a rich linguistic diversity. According to the 2022 Demographic Census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), released in 2025, Brazil has 295 Indigenous languages spoken by Indigenous people aged two years and older; however, many of these languages are at risk of extinction. Law No. 10,639/03 and its amendment, Law No. 11,645/08, represent advances in the recognition and valorization of cultural diversity, fostering the production and analysis of teaching materials addressing Indigenous themes, whose quality and adequacy remain under debate. This Systematic Review investigates how teaching materials intended for Indigenous populations in Brazil address the preservation of Indigenous languages, within a context of increasing relevance of this issue in the educational field. This research aims to critically analyze how the educational system and public policies approach Indigenous cultures and languages through didactic productions. To this end, a Systematic Literature Review will be conducted using the PRISMA protocol, mapping 178 dissertations and theses, of which 16 declare their affiliation with the theme—12 dissertations and 4 doctoral theses—in order to identify and critically analyze existing studies on the subject. The study seeks to deepen the understanding of the production of teaching materials for Indigenous education in Brazil and to support the development of materials that respect cultural specificities and contribute to the strengthening of Indigenous languages. Based on the analysis of these materials, the study discusses four identified axes: (a) Public Policies and Indigenous Representation; (b) Pedagogical Content; (c) Conceptions of Culture and Indigenous Peoples; and (d) Ethnic-Racial Relations. Thus, the study aims to contribute to the preservation and appreciation of Brazil's linguistic and cultural diversity.

Keywords: Indigenous; Public Policies; Textbook; Curriculum.

RESUMEN

Brasil posee una rica diversidad lingüística. De acuerdo con el Censo Demográfico 2022 del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), publicado en 2025, Brasil cuenta con 295 lenguas indígenas habladas por personas indígenas de dos años o más; sin embargo, muchas de ellas se encuentran en riesgo de extinción. La Ley n.º 10.639/03 y su complementación, la Ley n.º 11.645/08, representan avances en la valorización de la diversidad cultural, impulsando la producción y el análisis de materiales didácticos con temáticas indígenas, cuya calidad y adecuación aún son objeto de debate. Este estudio de Revisión Sistemática investiga cómo los materiales didácticos destinados a las poblaciones indígenas en Brasil abordan la preservación de las lenguas indígenas, en un contexto de creciente relevancia del tema en el ámbito educativo. La investigación tiene como objetivo analizar críticamente cómo el sistema educativo y las políticas públicas abordan las culturas y lenguas indígenas a través de sus producciones didácticas. Para ello, se realizará una Revisión Sistemática de la literatura utilizando el protocolo PRISMA, con el mapeo de 178 disertaciones y tesis, de las cuales 16 declaran su filiación



temática—12 dissertações y 4 tesis doctorales—con el fin de identificar y analizar críticamente los estudios existentes sobre el tema. El estudio busca profundizar la comprensión de la producción de materiales didácticos para la educación indígena en Brasil y subsidiar la elaboración de materiales que respeten las especificidades culturales y contribuyan al fortalecimiento de las lenguas indígenas. A partir del análisis de estos materiales, el estudio discute cuatro ejes identificados: (a) Políticas Públicas y Representación Indígena; (b) Contenido Pedagógico; (c) Concepción de Cultura y del Indígena; y (d) Relaciones Étnico-raciales. De este modo, se espera contribuir a la preservación y valorización de la diversidad lingüística y cultural de Brasil.

Palabras clave: Indígenas; Políticas Públicas; Libro de Texto; Currículo.

1 INTRODUÇÃO

A preservação das línguas indígenas no Brasil tem sido um tema de crescente relevância no cenário educacional, especialmente no que diz respeito à produção de materiais didáticos direcionados às populações indígenas. O Brasil é um país de rica diversidade linguística, abrigando cerca de 295 línguas indígenas, distribuídas entre 391 etnias, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). No entanto, muitas dessas línguas estão em risco de extinção, o que torna pertinente a discussão sobre a adequação e qualidade dos materiais educativos desenvolvidos intencionalmente para a preservação dessas línguas e culturas.

A Lei nº 11.645/08, complementação da Lei nº 10.639/03, por exemplo, que determinam a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, respectivamente, representam avanços significativos na valorização da diversidade cultural brasileira. Essas leis impulsionaram a produção de materiais didáticos com temáticas indígenas, mas o que se discute nesta revisão é a qualidade e a adequação desses materiais, que ainda são objeto de debate.

Diante desse cenário, este estudo busca investigar como os materiais didáticos direcionados às populações indígenas no Brasil abordam a questão da preservação das línguas indígenas. A pergunta de pesquisa que norteia este trabalho é: O que dizem os materiais didáticos direcionados às sociedades indígenas no Brasil sobre a preservação das línguas indígenas?

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de analisar criticamente como o sistema educacional e suas políticas públicas abordam as culturas e línguas indígenas por meio de suas produções didáticas. Ao identificar as abordagens, conteúdos, currículo e políticas envolvidos na preservação linguística, este estudo contribuirá para subsidiar a produção de materiais que não apenas respeitem as especificidades culturais, mas também colaborem com o fortalecimento das línguas indígenas.

Sendo assim, para responder à pergunta dessa pesquisa, será realizada uma revisão sistemática da literatura, utilizando o protocolo PRISMA, a fim de garantir rigorosidade e transparência na coleta e análise dos dados. Essa metodologia permitirá identificar e analisar criticamente os estudos existentes sobre o tema, permitindo compreensão mais aprofundada da produção de materiais didáticos para a educação indígena no Brasil.

Nos tópicos a seguir serão apresentados os quatro eixos encontrados nos estudos: a) Políticas Públicas e Representação Indígena, b) Conteúdo Pedagógico, c) Concepção de Cultura e do Indígena, d) Relações Étnico-raciais, em seguida, serão objetos de discussão e posteriormente, encaminhados para as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A revisão sistemática é uma metodologia que visa sintetizar de maneira rigorosa e replicável as evidências disponíveis em uma determinada área do conhecimento. Seguindo as diretrizes PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) Dourado AS, Melo DO. PRISMA (2020), esta revisão sistemática de base nacional, devido à pertinência do tema, irá identificar, selecionar, avaliar e sintetizar criticamente os estudos relevantes sobre os materiais didáticos direcionados para a preservação das línguas indígenas no Brasil, entre os anos de 2014 e 2024.

As bases de dados selecionadas para a coleta de estudos incluem a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/ IBICT-BR), e a CAPES – Portal de Periódicos do Governo Federal. Ambas as bases de dados são reconhecidas por reunirem um grande número de pesquisas acadêmicas e materiais relevantes sobre a temática de educação e políticas públicas no Brasil, incluindo a produção de materiais didáticos.

Para garantir a abrangência e a precisão da busca, foram utilizadas as seguintes combinações de palavras-chave entre as datas 19/09/2024 a 11/10/2024:

- a) **Indígenas + Livro Didático + Currículo:** A primeira combinação busca abordar como o currículo escolar é desenvolvido em relação às necessidades específicas das comunidades indígenas e sua língua.
- b) **Indígenas + Políticas Públicas + Livro Didático:** Esta combinação visa identificar a influência de políticas públicas na produção de materiais didáticos para populações indígenas, especialmente no que diz respeito à preservação linguística.
- c) **Indígenas + Currículo:** A terceira combinação foca na interseção entre currículo escolar e a língua indígena, verificando a presença ou ausência de preocupações linguísticas nos materiais didáticos.

Quanto à busca de dissertações e teses, estas foram delimitadas ao período de 2014 a 2024, de modo a capturar as publicações mais recentes e relevantes sobre a temática em estudo. Esse recorte temporal é justificado pela crescente atenção às políticas educacionais indígenas no Brasil nos últimos anos, em especial as leis: n.º 10.639/03 e 11.645/2008.

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão, são fundamentais para garantir que apenas os estudos pertinentes sejam considerados. Nesta análise, os critérios de inclusão adotados são: 1) estudos que abordem diretamente a produção de materiais didáticos que contemplem um currículo direcionado às populações indígenas no Brasil; 2) pesquisas que discutam políticas públicas voltadas à educação escolar indígena e preservação da língua.

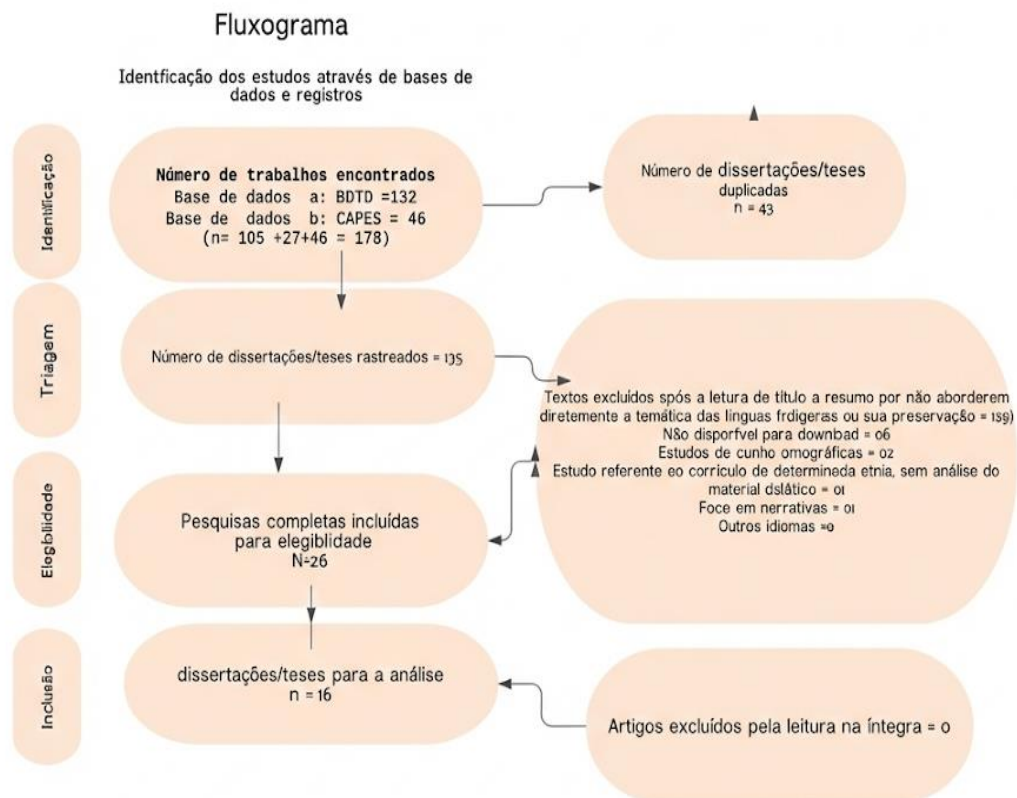
Enquanto que os critérios de exclusão utilizados, são: 1) estudos que não abordem diretamente a temática das línguas indígenas ou sua preservação; 2) publicações que não estejam disponíveis em texto completo; 3) estudos duplicados ou fora do recorte temporal; 4) estudos não disponíveis para *download*.

Na perspectiva de realizar uma pesquisa de revisão sistemática transparente (PRISMA 2020), seguimos todas as recomendações incluindo o Fluxograma para ampliar a capacidade de síntese. Assim, seguem as etapas: delimitação do tema, apresentação do problema, objetivo, escolha das palavras-chave, já mencionadas acima, estratégias de busca nas bases de dados, foram 178 (cento e setenta e oito) estudos mapeados, sendo elegíveis 16 (dezesesseis) trabalhos, desses, 04 (quatro) são teses e 12 (doze) dissertações. Ao fazer uso dos critérios de elegibilidade, pode-se observar no Fluxograma as teses e/ou dissertações que estão incluídas nessa revisão, bem como os quantitativos dos que foram excluídos e por quais motivos (figura 1). Em seguida, resultados a partir dos eixos encontrados e discussões.

O referencial teórico em um estudo compreende uma análise crítica e organizada

da literatura pertinente ao tema, fornecendo uma contextualização teórica e definindo os conceitos-chave. Deve conter de maneira abrangente teorias, modelos e pesquisas anteriores, identificando lacunas, contradições e consensos na literatura que são importantes para o foco do trabalho que está sendo desenvolvido.

Figura 1 - Fluxograma



Fonte: Elaboração Própria - 2023

3 RESULTADOS

Os resultados aqui dispostos, de acordo com os eixos encontrados nos 16(dezesseis) estudos analisados, com as seguintes temáticas: a) **Políticas Públicas e Representação indígena:** engloba as políticas públicas que influenciam a produção de materiais didáticos, a presença e a ausência dos povos indígenas nesses materiais e a forma como são representados; b) **Conteúdo Pedagógico:** avalia a qualidade, a adequação e a efetividade do conteúdo pedagógico dos materiais didáticos, analisando as estratégias de ensino utilizadas para abordar a temática indígena; c) **Concepção de Cultura e do Índio:** examina as perspectivas e os valores transmitidos pelos materiais didáticos sobre a cultura indígena e o papel do índio na sociedade,

revelando como esses materiais constroem a identidade indígena; d)Relações Étnico-Raciais: analisa produções textuais sobre o período colonial e o contexto atual, incluindo as relações étnico-raciais, para compreender como os materiais didáticos abordam a história e as relações entre indígenas e não indígenas.

Posto isso, passa-se à disposição de cada um dos eixos, sob a perspectiva dos estudos realizados.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRESENTAÇÃO INDÍGENA

Esse tópico diz respeito a um panorama complexo e desafiador que é a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que visam à inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar e representação indígena nos materiais didáticos.

O eixo intitulado **Políticas Públicas e Representação Indígena** apresentou as seguintes características nos estudos que seguem, desafios na implementação da Lei 11.645/08 e representação indígena.

(Luiz, 2022) Observa que, apesar da legislação incentivar a inclusão da temática indígena nos livros didáticos, constata que, na prática, ainda existem obstáculos, como a falta de representatividade e a persistência de uma visão eurocêntrica nos currículos, que dificultam a inclusão da diversidade cultural e das contribuições indígenas.

Na visão de (Pereira, 2022), a abordagem da temática indígena nos livros didáticos inclui a superficialidade nas representações, em que a cultura indígena é tratada de maneira frágil e estereotipada. Mesmo que a legislação vise a inclusão, as mudanças efetivas ainda são limitadas nas práticas escolares, perpetuando preconceitos e distorções. Além disso, há carência de informações mais profundas e significativas sobre as sociedades indígenas. Por fim, a falta de integração das vozes indígenas nas discussões educacionais compromete a construção de uma aprendizagem que respeite e valorize essas culturas.

(Freitas, 2024) argumenta que as Políticas Públicas devem promover a inclusão e a representatividade das memórias negras e indígenas no material didático. Isso implica uma revisão crítica dos conteúdos curriculares para garantir que as histórias e culturas desses grupos sejam adequadamente representadas e valorizadas. Ela destaca ainda, que a herança colonial ainda está presente nos currículos escolares, influenciando a forma como a história é ensinada e percebida.

(Breda 2023, Gois, 2022, Silva, 2015 e Zanon, 2021), apontam a falta de materiais didáticos adequados e a necessidade de formação de professores para lidar com a diversidade cultural nas salas de aula. Gois acrescenta que as representações inadequadas dos negros e indígenas podem levar a uma construção de identidade distorcida entre os alunos. Zanon, afirma que ainda há lacunas na implementação efetiva dessas políticas em sala de aula. (da Silva, 2015), ao analisar a Coleção Girassol: livro didático de alfabetização em contexto indígena, argumenta que o material poderia destacar mais os aspectos interculturais, promovendo uma educação que valorize as culturas locais.

(Pires, 2019), analisou materiais didáticos do 6º ano e constatou que estes apresentam lacunas significativas em relação à descolonização didática. Por não representarem adequadamente as realidades e as contribuições dos povos indígenas, perpetuando estereótipos e visões distorcidas. Essa inadequação pode impactar a percepção dos estudantes sobre as questões étnico-raciais e a identidade dos povos indígenas.

(da Silva, 2019), ao analisar a coleção Mosaico da Editora Scipione, constata que essa se adequa parcialmente ao que é preconizado na legislação, ficando a cargo do professor utilizar outros e materiais didáticos em sala de aula, a fim de provocar um debate mais aprofundado.

(Santos, 2022), a autora revisou cinquenta dissertações e identificou nas coleções didáticas eleitas do PNLD 2019, disputas políticas, epistêmicas e sociais em torno dos conteúdos e conhecimentos que fazem parte dos livros didáticos, Freitas (2020), analisou especificamente o livro "Projeto Araribá História" e aponta as fragilidades que ainda persistem, especialmente em relação à representação dos povos indígenas.

(Robledo, 2018), utiliza uma abordagem interdisciplinar, com base nas relações históricas estabelecidas entre indígenas e territórios na região do Acre. O estudo mostra que tais materiais não oferecem uma representação adequada ou significativa desses grupos, o que contribui para a marginalização de suas histórias e identidades e as comunidades indígenas ou não indígenas acreanas permanecem na invisibilidade.

(Sá, 2019), analisa as dez coleções de livros didáticos aprovadas pelo PNLD em 2015, focando em como essas coleções introduzem as literaturas recomendadas pelas leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Observou-se identificação de "opções decoloniais" de ensino em algumas obras, que reconhecem positivamente a diversidade das culturas e literaturas de língua portuguesa, entretanto, há predomínio do estudo de literaturas africanas em detrimento da abordagem das produções literárias de autores brasileiros negros e indígenas.

(Nhambiquara, 2023) enfatiza que há uma desigualdade significativa na produção de materiais didáticos que abordam a cultura indígena, especialmente quando esses materiais são elaborados por pessoas não indígenas. Isso pode resultar em uma representação inadequada ou estereotipada da cultura indígena. (Silva, 2023), há carência de materiais didáticos que sejam elaborados especificamente para a educação indígena, conforme as diretrizes legais.

(Coimbra, 2020), verificou que, apesar de algumas inovações nos conteúdos, ainda há persistência de certas representações estereotipadas. Embora tenha havido progressos, a efetivação plena da lei ainda requer um esforço contínuo para superar estereótipos e integrar adequadamente a temática indígena na educação.

Em tempo, ressaltou-se questões metodológicas e teóricas que nesses 16(dezessete) trabalhos, as pesquisas analisam diversos tipos de materiais didáticos, como livros didáticos aprovados pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, documentos oficiais e propostas curriculares; a pesquisa de Juliana Rios Luiz utiliza uma perspectiva pós-estruturalista para analisar as disputas por hegemonia epistêmica; a pesquisa de Freitas analisa como as imagens nos livros didáticos constroem memórias sobre os povos negros e indígenas.

3.2 CONTEÚDO PEDAGÓGICO

Nesse tópico, o foco é verificar a forma como apresentam os conteúdos pedagógicos dos materiais, tais como a qualidade, a adequação e a efetividade do conteúdo pedagógico, analisando as estratégias de ensino utilizadas para abordar a temática indígena. Após a análise constatou-se o seguinte:

Os autores (Góis, 2022), Pires, 2019, Silva, 2019, Santos, 2022, Freitas, 2020, Robledo, 2018), Sá, 2019, Luiz, 2022, Pereira, 2022, Back, 2023, Breda, 2023, Zanon, 2021, Nhambiquara, 2023, Silva, 2015, Coimbra, 2020), compartilham uma preocupação comum em relação aos conteúdos pedagógicos analisados, à efetividade dos materiais didáticos e às estratégias de ensino no que diz respeito à temática indígena. Todos eles realizam uma avaliação crítica dos livros didáticos que tratam da temática indígena, identificando limitações e lacunas: Góis examina a abordagem nas coleções direcionadas a escolas indígenas, enquanto Pires foca na inclusão das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, seguindo as Leis 10.639/03 e 11.645/08. (Silva, 2019), por sua vez, enfatiza a superficialidade com que a arte indígena é abordada nos livros didáticos, ressaltando a necessidade de conteúdo mais profundo e

representativo. Eles destacam os desafios encontrados na implementação de leis que garantem a inclusão da cultura indígena nos currículos escolares.

Quanto às estratégias de ensino: (Pires, 2019) menciona um "vazio institucional" que afeta a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, enquanto Góis sustenta sua análise por meio de entrevistas com professoras de História, ao mesmo tempo em que se observa a presença e a ausência de temas indígenas nos livros e se discute como os professores utilizam os materiais no cotidiano escolar. Enquanto (Silva, 2019), critica a falta de reconhecimento adequado às narrativas culturais indígenas nos materiais de arte. Nesse contexto, eles propõem estratégias de ensino que promovam um engajamento real com os conteúdos, destacando a importância de metodologias que abordem a temática indígena de forma sensível e inclusiva. Góis, 2022) menciona como os professores podem transformar as lições de história por meio de sua prática pedagógica. (Pires, 2029) sugere que é necessário desenvolver métodos pedagógicos efetivos. Então ela propõe o uso de obras de autores indígenas, etnomídias para enriquecer o ensino, e também para combater estereótipos. E há consenso sobre a necessidade de considerar não apenas o que está nos livros, mas também como professores interagem com esses conteúdos em sala de aula.

Ainda, (Góis, 2022) faz referências a entrevistas com professores. (Pires, 2019) ilustra a importância de um engajamento ativo com os conteúdos pedagógicos, e (Silva, 2019) defende que recursos de autoria indígena e etnomídias podem emergir como alternativas úteis para um ensino mais inclusivo e contextualizado. Além disso, projetos interdisciplinares enriquecem o ensino sobre a temática indígena e o tornam mais significativo para os alunos.

Foi observada também a necessidade de descolonização nos materiais analisados: (Pires, 2019) e (Sá, 2019) enfatizam a necessidade de descolonização dos materiais didáticos, buscando romper com a visão eurocêntrica e valorizar a diversidade cultural e histórica dos povos indígenas.

Outro aspecto relevante foi a importância da interculturalidade: (Silva, 2019), (Breda, 2023) e outros autores, (Góis, 2022), Santos, 2022, Nhambiquara, 2023) defendem a importância da interculturalidade na abordagem da temática indígena, promovendo o diálogo entre diferentes culturas e saberes.

(Pires, 2019, Santos 2022, Freitas, 2024, Robledo, 2018, Sá, 2019, Pereira, 2022, Freitas, 2020, Back, 2023, Breda, 2023, Zanon, 2021, Nhambiquara, 2023) questionam a efetividade das estratégias de ensino utilizadas, apontando para a falta de engajamento dos

alunos, a passividade na aprendizagem e a dificuldade em promover uma compreensão crítica e contextualizada da temática indígena.

Os estudos de (Góis, 2022, Silva, 2019, Santos, 2022, Nhambiquara, 2023 e Silva, 2015) sugerem a necessidade de práticas pedagógicas mais engajadoras, que valorizem a participação dos alunos, promovam o diálogo e a troca de experiências, e incentivem a reflexão crítica sobre a história e a cultura indígena. (Silva, 2015) destaca a importância de uma abordagem que valorize a produção cultural e a troca de experiências entre escola e família.

(Góis, 2022 e Silva, 2019) destacam o papel fundamental do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem, capaz de suprir as lacunas dos materiais didáticos e promover uma abordagem mais crítica e intercultural da temática indígena.

Os estudos analisados revelam que, apesar dos avanços na legislação e da crescente preocupação com a temática indígena na educação, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma abordagem adequada e efetiva nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas. É fundamental que a temática indígena seja tratada de forma que a diversidade cultural e histórica dos povos indígenas, promova o diálogo intercultural, valorizando seus saberes e conhecimentos. Além disso, é essencial que as estratégias de ensino sejam mais engajadoras e que os professores recebam formação adequada para abordar a temática indígena de forma crítica.

Constatou-se também com essa pesquisa, uma diversidade de materiais além de livros didáticos. Outros materiais, como cadernos, documentos oficiais e produções de autores indígenas. o autor utiliza uma abordagem interdisciplinar, combinando diferentes métodos: análise documental: estudo de livros didáticos de História para analisar como o tema é abordado, identificando quais atores sociais são visibilizados e as consequências disso; 02(dois) estudos são de revisão bibliográfica: levantamento e análise de estudos sobre história ambiental, geografia histórica, ecologia política e outras áreas relevantes; análise discursiva: Estudo de discursos (políticos, científicos, midiáticos) para identificar representações e disputas em torno do território e dos recursos naturais.

3.3 CONCEPÇÃO DE CULTURA E DO INDÍGENA

Este eixo examina as perspectivas e os valores transmitidos pelos materiais didáticos sobre a cultura indígena e o papel do indígena na sociedade, revelando como esses materiais

constroem a identidade indígena. Seguem os resultados, tanto os que são convergentes, quanto aqueles que acrescentam ideias diferentes.

Os autores: (Luiz, 2022; Pereira, 2022; Freitas, 2024; Back, 2022; Góis, 2022; Pires, 2019; Silva, 2019; Santos, 2022; Freitas, 2020; Robledo, 2018; Sá, 2019; Breda, 2023; Zanon, 2022; Nhambiquara, 2023; Silva, 2015; Coimbra, 2020) apontam que os materiais didáticos ainda perpetuam uma visão eurocêntrica da história e da cultura indígena, privilegiando a perspectiva dos colonizadores e relegando os indígenas a um papel secundário. Esses mesmos autores destacam que a representação dos povos indígenas nos materiais didáticos é frequentemente estereotipada e simplificada, reduzindo a diversidade cultural e histórica desses povos, a clichês e generalizações. Também, criticam a superficialidade e a falta de aprofundamento na abordagem da temática indígena nos materiais didáticos, que muitas vezes se limitam a informações básicas e superficiais, sem explorar a complexidade e a riqueza da cultura indígena.

Alguns autores, tais como (Robledo, 2018; Breda, 2023; Zanon, 2021; Nhambiquara, 2023; Silva, 2015; Coimbra, 2020), apontam que os indígenas são frequentemente invisibilizados ou marginalizados nos materiais didáticos, sendo representados como figuras do passado, período colonial, ou como grupos minoritários, sem o devido reconhecimento de sua importância histórica e cultural.

Os autores (Luiz, 2022; Silva, 2019; Santos, 2022; Freitas, 2020; Robledo, 2018; Sá, 2019; Breda, 2023; Zanon, 2021; Nhambiquara, 2023; Silva, 2015; Coimbra, 2020), criticam a falta de autenticidade na representação da cultura indígena nos materiais didáticos, que muitas vezes reproduzem informações genéricas e estereotipadas, sem levar em consideração a diversidade e a especificidade de cada povo indígena.

Quanto ao papel do indígena na sociedade: há um consenso de que os materiais tendem a retratar os povos indígenas de forma ambivalente, destacando uma narrativa de que a cultura indígena pertence a um passado distante.

Todos os autores observam que as representações dos indígenas como protagonistas na história e na sociedade moderna são escassas, contribuindo para uma formação de identidade que não dialoga com as experiências atuais e a diversidade dos povos indígenas.

Ademais, os autores compartilham a preocupação com a forma como a temática indígena é abordada nos materiais didáticos, apontando para a persistência de estereótipos, a superficialidade das informações e a falta de autenticidade na representação da cultura indígena.

No entanto, cada autor traz contribuições específicas para a discussão, seja através da análise de diferentes aspectos da temática, da utilização de referenciais teóricos e metodológicos distintos, ou do foco em diferentes níveis de ensino e tipos de materiais.

3.4 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Este eixo analisa o contexto atual, incluindo as relações étnico-raciais, para compreender como os materiais didáticos abordam a história e as relações entre indígenas e não indígenas.

Todos os autores, de maneira diferente, refletem sobre a representação dos povos indígenas nos materiais didáticos e como essas representações são influenciadas por um legado colonial. Coimbra (2020), Silva (2015) e Nhambiquara (2023) enfatizam a importância de melhor representação da diversidade cultural e étnica nos textos utilizados nas escolas. Eles também analisam como a Lei n. 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, buscando identificar se as mudanças legislativas efetivamente romperam com estereótipos e promovem inclusão. Quanto a isso: (Coimbra, 2020; Nhambiquara, 2023; Zanon, 2021; Sá, 2019; Silva, 2019; Pires, 2019; Pereira, 2024) mencionam a Lei 11.645/2008, apontam que a lei nem sempre é efetivamente aplicada, ou que sua aplicação não garante uma mudança significativa na representação dos indígenas nos materiais didáticos.

Nessa perspectiva, esses mesmos autores defendem a necessidade de mudanças na forma como os indígenas são representados nos materiais didáticos, seja através da inclusão de vozes indígenas, da revisão de conteúdos e narrativas, ou da adoção de abordagens pedagógicas mais críticas e interculturais.

Em resumo, os autores compartilham a preocupação com a forma como o período colonial e as relações étnico-raciais são abordados nos materiais didáticos, apontando para a necessidade de superar estereótipos, invisibilidades e a falta de autenticidade na representação dos indígenas.

Sendo assim, cada autor contribui com elementos específicos para a discussão, seja por meio do foco em diferentes aspectos da temática, da utilização de referenciais teóricos e metodológicos distintos, ou da proposição de diferentes caminhos para a mudança.

4 DISCUSSÕES

A presente Revisão Sistemática, ao analisar a representação de povos indígenas nos materiais didáticos brasileiros, revelou complexidade e desafios. Embora a legislação brasileira tenha avançado em direção à valorização da diversidade cultural e à inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar, os materiais didáticos analisados ainda apresentam implicações significativas e problemas a serem superados.

Nesse, pretende-se discutir os eixos encontrados e já apresentados nos resultados: a) Políticas Públicas e Representação indígena, b) Conteúdo Pedagógico, c) Concepção de Cultura e do indígena, d) Relações Étnico-Raciais.

Quanto ao que diz respeito às políticas públicas e representação indígena, os estudos evidenciam diversas lacunas na implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que visam incluir a história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Uma das principais implicações são a superficialidade e estereotipação das representações indígenas nos livros didáticos, conforme observado por (Pereira, 2022 e Pires, 2019). Além disso, a persistência de uma visão eurocêntrica nos currículos escolares, destacada por (Luiz, 2022), e a falta de integração das vozes indígenas nas discussões educacionais, mencionada por (Silva, 2015), comprometem a construção de uma aprendizagem respeitosa e que valorize essas culturas. A carência de materiais didáticos adequados e de formação de professores para lidar com a diversidade cultural é outra questão crítica apontada por autores, como (Breda, 2023, Silva 2019).

Para minimizar os problemas apresentados, é essencial promover uma revisão crítica dos conteúdos curriculares, garantindo a inclusão e valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras de maneira adequada e profunda. Isso envolve a produção de materiais didáticos interculturais, elaborados com a participação ativa de representantes indígenas, como sugerido por (Nhambiquara, 2023). A formação contínua de professores é igualmente crucial, capacitando-os para abordar de maneira crítica a partir do conhecimento deles sobre a diversidade cultural nas respectivas salas de aula. Além disso, é necessário desenvolver políticas públicas que incentivem a criação e distribuição de materiais didáticos que respeitem e valorizem as contribuições indígenas, como destacado por (Freitas, 2024). A integração das vozes indígenas nos debates educacionais e a promoção de uma educação contra colonial, a abertura de diálogo entre os povos indígenas, professores, estudantes e famílias, são passos

fundamentais para superar as lacunas existentes e construir uma educação escolar indígena, efetivamente inclusiva e representativa.

Em relação aos materiais pedagógicos, constatou-se que, embora haja legislação que promova a inclusão da temática indígena nos materiais didáticos, ainda existem diversas falhas que comprometem a efetividade desse processo. (Góis, 2022, Pires, 2019 e Silva, 2019) apontam para a superficialidade e os estereótipos das representações indígenas, como a imagem do índio selvagem e em vias de extinção, o que contribui para a invisibilização da diversidade cultural e histórica desses povos. Também, a falta de reconhecimento das narrativas culturais indígenas e o "vazio institucional", terminam por afetar a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Tais falhas não apenas perpetuam visões distorcidas e preconceituosas, mas também dificultam a construção de uma identidade indígena positiva. Além disso, a falta de formação adequada dos professores e a insuficiência de materiais didáticos específicos e diferenciados, que abordem de forma representativa a temática indígena, são obstáculos significativos na implementação eficaz dessas leis.

Assim, para desenvolver a intencionalidade dos materiais pedagógicos, é importante adotar uma abordagem crítica e descolonizadora na elaboração e direcionar a formação de professores para essa temática. A produção de recursos pedagógicos deve envolver a participação ativa de representantes indígenas, garantindo que suas vozes e perspectivas sejam adequadamente representadas e valorizadas. (Pires, 2019 e Sá, 2019) destacam a necessidade de descolonizar os materiais didáticos, rompendo com a visão eurocêntrica e promovendo a diversidade cultural e histórica dos povos indígenas. Além disso, promover estratégias de ensino engajadoras e contextualizadas, como o uso de etnomídias e obras de autores indígenas, é fundamental para enriquecer o ensino e torná-lo significativo para os alunos. A formação contínua de professores é outro aspecto a ser enfatizado, considerando que esses necessitam de formações continuadas para desenvolver autonomia ao lidarem com as complexidades da cultura indígena. E isso é um pré-requisito para que haja educação escolar indígena que respeite e valorize a diversidade cultural.

A análise da concepção de cultura e do indígena nos materiais didáticos revela uma problemática comum entre os autores: a perpetuação de uma visão eurocêntrica e estereotipada. (Luiz, 2022, Pereira, 2022, Freitas, 2024) e outros autores (Back, 2022; Góis, 2022; Pires, 2019; Silva, 2019; Santos, 2022; Freitas, 2020; Robledo, 2018; Sá, 2019; Breda, 2023; Zanon, 2021; Nhambiquara, 2023; Silva, 2015; Coimbra, 2020) apontam que os materiais didáticos

privilegiam a perspectiva dos colonizadores, relegando os indígenas a um papel secundário e homogêneo. A diversidade cultural e histórica dos povos indígenas é reduzida a clichês e generalizações, como destaca a maioria dos autores, demonstrando a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e autêntica.

Dentre as características estão: a invisibilidade e a marginalização dos indígenas nos materiais didáticos também são apontadas por autores como (Robledo, 2018, Breda, 2023, Zanon, 2021, Nhambiquara, 2023, Silva, 2015 e Coimbra, 2020). Ao serem representados como figuras do passado ou grupos minoritários, os indígenas são privados do reconhecimento de sua importância histórica e cultural, como argumentam esses mesmos autores. A falta de autenticidade na representação da cultura indígena, como apontam os autores citados, reproduz informações genéricas e estereotipadas, sem considerar as especificidades de cada povo. A ambivalência na representação do papel do indígena na sociedade, como observam os autores, contribui para a construção de uma identidade que não dialoga com as experiências atuais e a diversidade dos povos indígenas.

Diante desse quadro, algumas propostas podem ser consideradas para aprimorar a concepção de cultura e do indígena nos materiais didáticos. É fundamental que a perspectiva eurocêntrica seja desconstruída, valorizando a história e a cultura indígena a partir de suas próprias vozes e narrativas. A diversidade cultural e histórica dos povos indígenas precisa ser reconhecida e representada de forma autêntica, combatendo estereótipos e generalizações. A invisibilidade e a marginalização dos indígenas devem ser superadas, garantindo que sua importância histórica e cultural seja devidamente reconhecida. O papel do indígena na sociedade contemporânea precisa ser evidenciado, mostrando sua atuação como protagonista e agente de transformação. A formação de professores para lidar com a temática indígena de forma crítica e intercultural é essencial para que as mudanças se concretizem na prática pedagógica.

Ao abordar as relações étnico-raciais nos materiais didáticos, foram revelados alguns problemas, muitos dos quais estão profundamente enraizados na herança colonial. (Coimbra, 2020, Silva, 2015 e Nhambiquara, 2023) destacam que os materiais didáticos muitas vezes perpetuam estereótipos e representam os povos indígenas de forma superficial e simplificada. (Pereira, 2022) Aponta que os indígenas são tratados com inferioridade em relação ao branco: "nações" para outras culturas e "tribos" para os indígenas, também, nas atividades não há identificação de qual seja a cultura. Reforçando o preconceito e a discriminação. A Lei n.

11.645/2008, que visa a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, nem sempre é efetivamente aplicada, como apontado por (Coimbra,2020) e (Nhambiquara, 2023), e sua implementação não tem garantido mudanças significativas na representação dos indígenas nos materiais didáticos. A falta de uma representação autêntica e a persistência de estereótipos não apenas marginalizam os povos indígenas, mas também perpetuam visões distorcidas das relações étnico-raciais, e isso impacta negativamente os estudantes, pois eles continuam idealizando os povos indígenas no contexto colonial, isto é, na visão europeia, de subserviência, de selvagens.

Por fim, para que se possa iniciar um processo de mudança, é inevitável promover uma abordagem mais crítica e intercultural nos materiais didáticos. Isso inclui revisão e atualização dos currículos, para que reflitam de maneira autêntica e aprofundada a diversidade cultural e histórica dos povos indígenas. A inclusão ativa de vozes indígenas no processo de elaboração dos materiais é essencial, garantindo que suas perspectivas e experiências sejam valorizadas e representadas de forma adequada. Além disso, é necessário investir na formação contínua dos professores, capacitando-os para mediar o conhecimento com os alunos de forma consciente e de posicionamento crítico das relações étnico-raciais. Abordagens pedagógicas precisam promover o diálogo intercultural e a reflexão crítica são fundamentais para enriquecer o ensino e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Revisão Sistemática, ao analisar dezesseis estudos - sendo quatro teses e doze dissertações - representou um trabalho árduo na tentativa de verificar como as sociedades indígenas são representadas nos materiais didáticos a partir da implementação das leis: 10.639/03 e 11.645/08. Após leituras e reflexões, constatou-se que há bastantes desafios a serem enfrentados. Um aspecto importante é que a legislação brasileira avançou no sentido de valorização da diversidade cultural, de inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar, entretanto, os materiais didáticos ainda apresentam problemas significativos a serem superados. As análises indicam que é crucial discutir os eixos identificados: a) Políticas Públicas e Representação Indígena, b) Conteúdo Pedagógico, c) Concepção de Cultura e do Indígena, e d) Relações Étnico-Raciais.

Quanto às políticas públicas e à representação indígena, os estudos indicam lacunas na implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Representações superficiais e estereotipadas dos indígenas ainda são comuns, e a persistência de uma visão eurocêntrica nos currículos compromete uma aprendizagem inclusiva. A falta de materiais didáticos adequados e a formação insuficiente de professores para lidar com a diversidade cultural são questões críticas. Para mitigar esses problemas, é essencial uma revisão crítica dos currículos direcionados às sociedades indígenas, produção de materiais didáticos interculturais e bilíngues, com participação indígena, formação contínua de professores e desenvolvimento de políticas públicas que valorizem as contribuições indígenas.

Em relação aos materiais pedagógicos, a inclusão da temática indígena é limitada por representações estereotipadas e falta de reconhecimento das narrativas culturais indígenas. Além disso, a insuficiência de formação adequada dos professores dificulta a implementação eficaz das leis. A adoção de uma abordagem crítica e decolonial na elaboração dos materiais e formação de professores, com participação ativa de representantes indígenas, é fundamental. Também é importante promover estratégias de ensino engajadoras e contextualizadas, como o uso de etnomídias e obras de autores indígenas, para tornar o ensino significativo para os alunos.

A concepção de cultura e do indígena nos materiais didáticos persiste uma visão eurocêntrica e preconceituosa. A invisibilidade e marginalização dos indígenas, bem como a falta de autenticidade na representação da cultura indígena, são problemas recorrentes. Para melhorar, é necessário desconstruir a perspectiva eurocêntrica e valorizar a diversidade cultural e histórica dos povos indígenas a partir de suas próprias vozes e narrativas. A formação de professores para lidar com a temática indígena de forma crítica e intercultural é essencial.

As relações étnico-raciais nos materiais didáticos são frequentemente distorcidas, reproduzindo os mesmos padrões coloniais e discriminação. A implementação inadequada da Lei n. 11.645/08 não tem garantido mudanças significativas. É fundamental revisar e atualizar os currículos, incluir com intencionalidade, vozes indígenas na elaboração dos materiais e investir na formação contínua dos professores. Abordagens pedagógicas que promovam o diálogo intercultural e a reflexão crítica são de suma importância para construir uma sociedade com visibilidade.

Posto isso, a superação dos desafios identificados nesta revisão requer um esforço conjunto de educadores, pesquisadores com novos estudos, gestores públicos e representantes indígenas. Acreditamos que a implementação das propostas apresentadas, aliada a uma análise

crítica e contínua dos materiais didáticos, pode contribuir para a construção de uma educação escolar indígena, inclusiva, intercultural e representativa, respeitando as características culturais e linguísticas de cada povo e fortalecendo as línguas indígenas.

REFERÊNCIAS

BACK, Rogério. **Identidades e saberes indígenas: um olhar para o livro didático de língua espanhola em contexto de educação escolar indígena**. 2023. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/75010> . Acessado em 20/10/2024.

BREDA, Patrícia Rodrigues. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de arte a partir de uma perspectiva intercultural**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18954>. Acessado em 29/11/2024.

COIMBRA, Luzia Aparecida Gonçalves. **Conte outras histórias que sejam nossas: a temática indígena e a Lei n. 11.645/2008 nos livros didáticos de História no ensino médio, uma análise da coleção História em Debate**. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/4733>. Acessado em: 11/02/2025.

DOURADO AS, Melo DO. **PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses)**. PRISMA 2020 statement. Available from: PRISMA website. Disponível em: <https://www.prisma-statement.org/>, Acessado em 18/02/2025.

FREITAS, Bárbara de Souza. **Significando o conquistador e o indígena: uma análise enunciativa de livro didático**. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12346>. Acesso em: 09/10/2024.

FREITAS, Raquel da Silva. **Discursos curriculares e construção da memória negra e indígena em imagens nos livros didáticos de história do ensino fundamental: horizontes simbólicos da (de)colonialidade**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55267>. Acessado em 20/10/2024.

GOIS, Diego Marinho de. **Lições de história prescritas, lições de história (re)construídas: a temática indígena e usos de livros didáticos de história em escolas indígenas do Baixo Tapajós - Amazônia Brasileira**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/76573>. Acessado em 11/02/2025.



LUIZ, Juliana Rios.A2:G12 **Autorias indígenas nos livros didáticos do PNLD: culturas, ausências e desafios.** 2022. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica - CAP UERJ) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.Disponível:
<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/18757>. Acessado em 19/10/2024.

NHAMBIQUARA, Budga Deroby. **Educação decolonial: grafismo indígena como caminho para (des)construção de olhares.** 2023. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Artes, São Paulo, 2023. Disponível em:
<https://hdl.handle.net/11449/254710>. Acessado em 20/11/2024.

PEREIRA, Danielle Krislaine. **"Falaram que aqui era um deserto, mas estamos vivos e estamos aqui: caminhos para o ensino da história e cultura indígena na escola."** Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Londrina, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.uel.br/handle/123456789/16667>. Acessado em 11/02/2025.

PIRES, Amanda Lisboa Moreno. **"Modelo de referência para análise de livro didático: contribuições para uma descolonização didática no ensino."** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2019. Acessado em: 11/02/2025 <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30079>.

ROBLEDO, Felipe Marangoni. **A história ambiental e a produção de territorialidades.** 2018. 168 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/14239>,
Acessado em 10/10/2024.

SÁ, Ana Paula dos Santos de. **A descolonização da educação literária no Brasil: das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao PNLD 2015.** 2019. 374 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2019.1090875>.
Acessado em: 29/11/2024.

SANTOS, Aline Renata dos. **Recontextualizações dos princípios da educação escolar do campo, indígena e quilombola nas fotografias dos livros didáticos: disputas entre visualidades colonial e transgressor.** 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44079> . Acessado em 25/10/2024.

SILVA, Keyde Taisa da. **O Ensino da arte no ensino fundamental a partir da lei 11.645/08 e das narrativas indígenas.** 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) - Universidade Estadual de Goiás. Disponível em:
<http://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/1060>. Acessado em 11/02/2025.

SILVA, Marta Cecília Rocha da. **Coleção Girassol: livro didático de alfabetização em contexto indígena - (des)encontros entre o proposto e o realizado.** 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências



Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2015. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/642>.
Acessado em 11/02/2025.

ZANON, Leny Russi. *A temática indígena na escola: possibilidades e desafios entre a prática e a teoria*. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1021>, acessado em 29/11/2024.